

ANALISTA EM ADMINISTRAÇÃO

PROVA ESCRITA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

“Já contei esta história tantas vezes e ninguém quis me acreditar. Vou agora contar tudo especialmente para a senhora que, se não pode ajudar, pelo menos não fica me atormentando como fazem os outros.”

Esse é o início de um conto de Lygia Fagundes Telles; sobre esse texto, é correto afirmar que:

- (A) a estrutura narrativa ainda não foi iniciada, estando seu começo preparado;
- (B) o narrador da história se coloca como de terceira pessoa, narrando uma história aparentemente inacreditável;
- (C) o narrador da história, como em outros momentos, conta com algum interlocutor;
- (D) o relato a ser feito a seguir faz parte certamente das narrativas de terror ou fantásticas;
- (E) o narrador se apresenta como simples observador dos fatos narrados.

2

Em muitas narrativas, ocorre a interferência do narrador. No texto “Vamos começar pelo nascimento do nosso herói!”, a interferência é corretamente identificada como:

- (A) uma interpelação direta ao leitor;
- (B) atualização da história pelo emprego do presente;
- (C) referência a algo já conhecido do leitor;
- (D) alusão a um fato já ocorrido anteriormente;
- (E) comentário sobre processos de narração.

3

Observe o seguinte trecho informativo, publicado na primeira página de um jornal carioca:

“O crime aconteceu na noite de domingo. Depois da tentativa de sedução, o sitiante brigou com a mulher. Sônia e Neusa apareceram no quarto e viram que ele tentava estrangulá-la. Pediram que largasse o pescoço da mãe e, como ele insistiu, pegaram barras de ferro e o mataram. As duas estão no presídio de Ribeirão Bonito”.

Esses pequenos textos de primeira página são apresentados de forma mais extensa e detalhada em alguma página interior do jornal.

A afirmativa correta sobre ele é:

- (A) os fatos narrados são dados aos leitores de forma resumida, omitindo-se informações importantes;
- (B) os personagens envolvidos no texto da notícia são claramente identificados no texto;
- (C) o último período do texto mostra a preocupação moral do jornal, indicando o castigo por crimes cometidos;
- (D) o crime relatado mostra detalhes sangrentos, num tipo de notícia considerada de profundo mau gosto;
- (E) o autor do texto mostra a vítima do assassinato como indefeso, denunciando a covardia do crime.

4

Certos textos provocam riso, tristeza, exaltação, emoções... Tais textos mostram um tom, isto é, características que provocam um estado afetivo particular.

Entre os pensamentos abaixo, aquele que mostra um tom irônico é:

- (A) Quando eu era pobre, chamavam-me louco; agora que sou rico, sou excêntrico;
- (B) Cuidado com os inimigos, pois são os primeiros a descobrir seus enganos;
- (C) Eu não sou rico. Eu sou um pobre homem com dinheiro, o que não é a mesma coisa;
- (D) Estranhos são apenas amigos que a gente ainda não conhece;
- (E) Um irmão é um amigo dado pela natureza.

5

Observe o seguinte texto:

“Entre as cordas do ringue, o pugilista é como o prisioneiro entre as paredes da cela: durante esse encarceramento ele sofre um castigo que lhe deixará marcas irreversíveis”.

Sobre esse fragmento de texto, a afirmação INADEQUADA à estruturação do texto é:

- (A) os dois termos que se comparam no texto são o pugilista e o prisioneiro;
- (B) o pugilista representa o mundo real, enquanto o mundo figurado é representado pelo prisioneiro;
- (C) a função da comparação, nesse caso, é a de tornar concreta uma ideia abstrata;
- (D) o fator de comparação entre os elementos comparados é o pequeno espaço que ocupam;
- (E) o termo que estabelece formalmente a comparação entre elementos é a conjunção *como*.

6

Todas as frases abaixo foram reescritas, com o deslocamento do vocábulo *só*; a opção em que as duas frases mostram o mesmo significado é:

- (A) Só as árvores balançam quando tem vento / As árvores só balançam quando tem vento;
- (B) A loteria só contemplou um cidadão de Tiradentes-MG / A loteria contemplou só um cidadão de Tiradentes-MG;
- (C) Um homem que só trabalha e não se diverte, leva uma vida infeliz / Um homem que trabalha só e não se diverte, leva uma vida infeliz;
- (D) Só um cliente deixou o guardanapo sobre a mesa / Um cliente deixou só o guardanapo sobre a mesa;
- (E) Só ele viu o carro ao longe / Ele só viu o carro ao longe.

7

Observe o seguinte segmento textual:

“Ele abriu e fechou várias vezes o grosso livro, cada uma dessas vezes acompanhada de um palavrão. Finalmente ele se recompôs, releu o parágrafo a consertar, gemeu. Bom, tudo bem, vamos lá!

– Vamos lá, falou em voz alta.

Levantou-se e saiu da sala”.

Nesse segmento de texto, o trecho que exemplifica o discurso indireto livre, é:

- (A) Ele abriu e fechou várias vezes o grosso livro;
- (B) ...cada uma dessas vezes acompanhada de um palavrão;
- (C) Bom, tudo bem, vamos lá!
- (D) Vamos lá, falou em voz alta;
- (E) Levantou-se e saiu da sala.

8

Entre as opções abaixo, aquela que exemplifica o tipo de texto instrucional, é:

- (A) Separe os parafusos e coloque-os nos buracos das dobradiças;
- (B) Criar é matar a morte;
- (C) A imprensa mente, deturpa os fatos e agride o vernáculo;
- (D) Os pequenos anúncios contêm toda a verdade que se pode encontrar num jornal;
- (E) Para saber falar é preciso saber escutar.

9

Todas as frases abaixo jogam com a ambiguidade intencional de algum vocábulo, tornando-as curiosas e interessantes.

A frase em que está ausente essa estratégia é:

- (A) Tantos anos o país se descuidou do meio ambiente que, agora, se quiser salvar alguma coisa, vai ter que tratar do ambiente inteiro;
- (B) De uma caverna nada se tira, a não ser fotos; nada se deixa, a não ser pegadas; e nada se mata, a não ser o tempo;
- (C) Todo bom percussionista não bate bem;
- (D) Um avião é lugar perfeito para fazer dieta;
- (E) Eu cozinho com vinho, às vezes até mesmo acrescento comida a ele.

10

Observe o seguinte segmento textual:

“As folhas caindo lembram sempre lágrimas derramadas pelas grandes árvores tristes que choram em função do fim do ano, do fim das auroras de temperatura agradável e dos doces crepúsculos”.

Sobre esse fragmento de texto, a afirmação INADEQUADA à estruturação do texto é:

- (A) os dois termos que se comparam no texto são as folhas e as lágrimas;
- (B) as folhas fazem parte do mundo figurado, enquanto o mundo real é representado pelas lágrimas;
- (C) o fator de comparação entre os elementos comparados é o movimento de queda;
- (D) a função da comparação, nesse caso, é a poética, ou seja, a criação de mundo paralelo esteticamente atraente;
- (E) o termo que estabelece formalmente a comparação entre elementos é o verbo *lembrar*.

11

“A força bruta, quando não governada pela razão, desmorona sob o próprio peso.” (Horácio)

A forma de reescrever esse pensamento que se mostra INADEQUADA, é:

- (A) Quando não governada pela razão, a força bruta desmorona sob o próprio peso;
- (B) Desmorona sob o próprio peso a força bruta, quando não governada pela razão;
- (C) Quando a força bruta não é governada pela razão, desmorona sob o próprio peso;
- (D) Sob o próprio peso desmorona, quando não governada pela razão, a força bruta;
- (E) A força bruta, quando desmorona sob o próprio peso, não é governada pela razão.

12

Observe o seguinte pensamento de Heródoto, o pai da História: “Onde é necessária a astúcia, não há lugar para a força”.

Um outro pensamento que expressa o mesmo significado, é:

- (A) Onde a pele do leão não cobre é preciso costurar a da raposa;
- (B) Um príncipe deve tomar como exemplo a raposa e o leão, pois o leão não é capaz de se defender das armadilhas, assim como a raposa não sabe se defender dos lobos;
- (C) O uso da força tem apenas um efeito temporário. Pode subjugar por certo tempo, mas não remove a necessidade de subjugar novamente;
- (D) A violência não é força, mas fraqueza, nem poderá ser nunca criadora de coisa alguma, apenas destruidora;
- (E) A força bruta, quando não governada pela razão, desmorona sob o próprio peso.

13

A frase abaixo que NÃO contém termos desnecessários, por já estarem contidos em outros vocábulos, é:

- (A) Cada deputado, individualmente, tem direito a apresentar dois projetos por semestre;
- (B) Na reunião, os vereadores poderão ir acompanhados de suas esposas e filhos;
- (C) Há muitas notícias falsas sobre o acidente; os fatos reais, porém, são outros;
- (D) O planejamento antecipado para o ano próximo vai ser votado na semana que vem;
- (E) Um hemisfério corresponde a uma das duas metades iguais do planeta.

14

Ulpiano, um jurista latino do século II d. C., é autor do seguinte pensamento: “Tais são os preceitos do direito: viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence”.

Outro modo de reescrever esse pensamento, com o deslocamento de seus termos, que altera o seu sentido original, é:

- (A) Viver honestamente é um dos preceitos do direito, assim como não ofender ninguém e dar a cada um o que lhe pertence;
- (B) Os preceitos do direito são tais: dar a cada um o que lhe pertence, não ofender ninguém e viver honestamente;
- (C) Os preceitos do direito são: a doação a cada um do que lhe pertence sem uma ofensa a ninguém, e uma vida honesta;
- (D) Viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence, tais são os preceitos do direito;
- (E) Os preceitos do direito são tais como uma vida honesta, a não ofensa a ninguém e a doação a cada um do que lhe pertence.

15

Um escritor russo disse o seguinte: “Dizem que não há justiça sobre a terra. Mas por acaso existe no céu?”

Nesse pequeno texto argumentativo, o argumento utilizado para rebater a primeira afirmação é falacioso, caracterizando-se como um(a):

- (A) falsa analogia;
- (B) fuga do assunto;
- (C) confusão causa/efeito;
- (D) argumento autoritário;
- (E) generalização excessiva.

16

O filósofo inglês Francis Bacon escreveu: “São todos descobridores ruins, que pensam que não há terra quando nada veem além do mar”.

O erro desses descobridores era, portanto:

- (A) desconsiderarem opiniões alheias, diferentes das suas;
- (B) considerarem uma dúvida como certeza;
- (C) partirem de premissas insuficientes;
- (D) utilizarem o método dedutivo;
- (E) realizarem uma generalização exagerada.

17

Em todas as opções abaixo, o termo sublinhado foi substituído por um outro, formado com a ajuda de um afixo (prefixo ou sufixo); a opção em que a substituição está INADEQUADA, é:

- (A) No primeiro dia das férias, vou fazer uma análise de mim mesmo / autoanálise;
- (B) A vacina aplicada há pouco tempo deve trazer benefícios aos contaminados / recém-aplicada;
- (C) Monteiro Lobato está sendo lido de novo / renovado;
- (D) O ex-presidente da empresa tinha uma riqueza difícilmente imaginada / inimaginável;
- (E) As ações foram valorizadas acima do normal / supervalorizadas.

18

Observe o seguinte parágrafo:

“Tem-se discutido muito sobre as funções da linguagem humana e a hierarquia natural que há entre elas. É fácil observar, por exemplo, que é pela posse e uso da linguagem, falando mentalmente ao próximo ou a nós mesmos, que conseguiremos organizar nosso pensamento e torná-lo articulado, concatenado e nítido”.

Considerando o primeiro período como tópico frasal, o seu tipo de desenvolvimento é identificado como:

- (A) contraste;
- (B) explicitação;
- (C) enumeração;
- (D) localização temporal / espacial;
- (E) relação causa / efeito.

19

A forma da oração reduzida abaixo que foi adequadamente substituída por uma oração desenvolvida, de mesmo sentido, é:

- (A) Foi necessário vacinarem-se as pessoas no momento adequado / Foi necessário que as pessoas se vacinassem no momento adequado;
- (B) Chegando ao trabalho, mandarei as cartas / Na chegada ao trabalho, mandarei as cartas;
- (C) O chefe pediu para chegarmos sem atraso / O chefe pediu que cheguemos sem atraso;
- (D) Era natural os alunos preferirem sair antes da hora / Era natural a preferência dos alunos por saírem antes da hora;
- (E) Saíram todos da sala para poderem fotografá-la / Saíram todos da sala para uma possível fotografia.

20

Se reescrevermos as frases abaixo, eliminando a palavra *porque*, a forma INADEQUADA dessa reescritura, será:

- (A) O jogador foi expulso porque assim decidiram os juízes / por decisão dos juízes;
- (B) Entreguei-lhe a encomenda porque confiava nele / em confiança;
- (C) Causou um acidente porque a estrada molhada fez derraparem os pneus / por derrapagem dos pneus na estrada molhada;
- (D) Não fez a redação porque o tema era muito complexo / pela complexão do tema;
- (E) O juiz sentou-se longe dos demais passageiros, porque temia a reação do público / por medo da reação do público.

Raciocínio Lógico-Quantitativo

21

Seja A uma matriz 4 x 4 cujo determinante é igual a 2.

O determinante da matriz 3A é igual a:

- (A) 6;
- (B) 12;
- (C) 24;
- (D) 64;
- (E) 162.

22

Uma das raízes do polinômio $P(x) = x^3 + 2x^2 - 5x + m$ é 2.

O produto das outras duas raízes desse polinômio é:

- (A) 3;
- (B) -3;
- (C) 6;
- (D) -6;
- (E) -4.

23

Dois urnas A e B têm, cada uma, 9 bolas numeradas.

Na urna A há 4 bolas com números ímpares e 5 bolas com números pares. Na urna B há 5 bolas com números ímpares e 4 bolas com números pares.

Retira-se, aleatoriamente, uma bola de cada urna.

A probabilidade de que o produto dos números das bolas retiradas seja par é:

- (A) $\frac{1}{2}$;
- (B) $\frac{4}{9}$;
- (C) $\frac{5}{9}$;
- (D) $\frac{20}{81}$;
- (E) $\frac{61}{81}$.

24

O número de anagramas da palavra ASSADO que não têm as 2 letras S juntas é:

OBS.: Anagramas de uma palavra são as permutações das letras dessa palavra.

- (A) 720;
- (B) 360;
- (C) 120;
- (D) 84;
- (E) 72.

25

Dadas as matrizes $A = \begin{bmatrix} -1 & 0 \\ 2 & 3 \end{bmatrix}$ e $B = \begin{bmatrix} 2 & -1 \\ 1 & 2 \end{bmatrix}$, a soma dos elementos da matriz $AB - BA$ é:

- (A) 0;
- (B) 2;
- (C) 4;
- (D) 6;
- (E) 8.

26

Em um retângulo, a base é o triplo da altura e x é o menor ângulo formado por suas diagonais.

O valor de $\sin(x) + \cos(x)$ é:

Obs: É dada a fórmula $\sin(2\theta) = 2 \cdot \sin(\theta) \cdot \cos(\theta)$

- (A) 1,2;
- (B) 1,4;
- (C) 1,5;
- (D) 1,6;
- (E) 1,8.

27

No sistema

$$\begin{cases} 3a + b + c + d = 16 \\ a + 3b + c + d = 6 \\ a + b + 3c + d = 14 \\ a + b + c + 3d = 12 \end{cases}$$

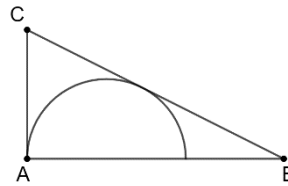
o valor de a é:

- (A) -1;
- (B) 1;
- (C) 2;
- (D) 3;
- (E) 4.

28

A figura a seguir mostra o triângulo retângulo ABC, com catetos de medidas $AB = 4$ e $AC = 2$.

Uma semicircunferência tem centro sobre o lado AB e é tangente a BC.



O raio dessa semicircunferência mede:

- (A) $\sqrt{2}$;
- (B) $\frac{\sqrt{3}+1}{2}$;
- (C) $\frac{2\sqrt{3}}{3}$;
- (D) $\frac{\sqrt{5}}{2}$;
- (E) $\sqrt{5} - 1$.

Conhecimentos Jurídicos

29

Márcio, prefeito do Município Gama, praticou ato administrativo consistente na remoção do servidor público estável João, do Departamento X para o Departamento Y, e apresentou expressamente como motivação do ato o fato de que no Departamento Y só havia dois servidores na área de apoio administrativo. Inconformado, João ajuizou ação judicial, pleiteando o retorno à sua lotação no Departamento X, haja vista que comprovou inequivocamente que no Departamento Y estavam lotados oito servidores da área de apoio administrativo. De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a pretensão de João:

- (A) não merece prosperar, pois ato de remoção de pessoal é classificado como ato discricionário, portanto cabe ao gestor verificar a oportunidade e a conveniência em sua prática;
- (B) não merece prosperar, pois ato de remoção de pessoal é classificado como ato vinculado, de maneira que não cabe ao Judiciário se imiscuir no mérito administrativo;
- (C) merece prosperar, diante da teoria dos motivos determinantes, já que os motivos expostos por Márcio não correspondem à realidade fática;
- (D) merece prosperar, diante da teoria da intranscendência subjetiva das sanções, uma vez que o servidor não pode ser penalizado por erro do gestor;
- (E) não merece prosperar, pois não restaram violados princípios da administração pública, e se presume legítima a decisão do prefeito Márcio.

30

João, novo procurador-geral de Justiça do Ministério Público de determinado Estado que acabou de tomar posse, com o objetivo de reduzir gastos públicos e atender ao princípio da eficiência, anunciou que irá reunir dois órgãos distintos, o órgão Alfa e o órgão Beta, no âmbito daquele Ministério Público, que serão agrupados em um só novo órgão público chamado órgão Alfa Beta, ocasionando economia de pessoal, de material e de gastos com energia elétrica.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, trata-se do fenômeno administrativo da:

- (A) descentralização;
- (B) outorga;
- (C) centralização;
- (D) avocação;
- (E) concentração.

31

A Nova Lei de Licitações estabelece que o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Nesse contexto, consoante dispõe a Lei nº 14.133/2021, é hipótese de dispensa de licitação quando o Estado Alfa realiza:

- (A) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- (B) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
- (C) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, observados os requisitos legais;
- (D) celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;
- (E) contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, de estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos, na forma da lei.

32

João, analista de Dados e Pesquisa do Ministério Público do Estado Alfa, em maio de 2022, dolosamente, no exercício da função, revelou fato de que tinha ciência em razão de suas atribuições, pois está lotado em órgão de inteligência do *parquet*, e que devia permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada e até colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.

De acordo com a tipologia da Lei de Improbidade Administrativa em sua atual redação, no caso em tela, João, em tese:

- (A) praticou ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário;
- (B) praticou ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da administração pública;
- (C) praticou ato de improbidade administrativa que importou em enriquecimento ilícito;
- (D) não praticou ato de improbidade administrativa, diante da ausência de previsão legal, desde a redação originária da lei de improbidade;
- (E) não praticou ato de improbidade administrativa, diante da revogação do dispositivo que previa o ato narrado como ato de improbidade.

33

Maria, cidadã moradora do Município Alfa, constatou que uma área de preservação ambiental estava sendo diariamente desmatada, de modo que ela pudesse ceder lugar a pastagens para a criação de bovinos.

Irresignada com essa situação, procurou um advogado e solicitou esclarecimentos a respeito da medida que poderia adotar, sendo respondido, corretamente, que ela:

- (A) pode ajuizar uma ação popular visando à interrupção do desmatamento e à recuperação da área de preservação ambiental;
- (B) pode ajuizar ação popular ou ação civil pública visando à interrupção do desmatamento e à recuperação da área de preservação ambiental;
- (C) apenas pode exercer o direito de petição, peticionando aos poderes públicos para que identifiquem e multem os responsáveis pelo desmatamento;
- (D) apenas pode exercer o direito de petição, para a adoção de medidas administrativas ou representar ao Ministério Público ou a outro legitimado para o ajuizamento de ação civil pública;
- (E) pode impetrar mandado de segurança para que os responsáveis pelo desmatamento observem o seu direito líquido e certo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

34

Após ampla mobilização das lideranças partidárias, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei ordinária disciplinando, no âmbito nacional, a data da posse do prefeito e do vice-prefeito, o limite máximo de vereadores nas Câmaras Municipais e os critérios para a fixação dos subsídios dos vereadores. O projeto veio a ser sancionado pelo chefe do Poder Executivo, dando origem à Lei federal nº XX.

Apesar do apoio partidário, a Lei federal nº XX gerou grande insatisfação junto aos Municípios. Por tal razão, foram solicitadas manifestações de diversos especialistas da área, os quais concluíram, corretamente, que esse diploma normativo é:

- (A) constitucional, pois a União tem competência concorrente para legislar sobre a matéria e a Lei federal nº XX apenas dispôs sobre normas gerais;
- (B) inconstitucional, pois, apesar de a União ter competência para legislar sobre a matéria, isso deveria ser feito por meio de lei complementar;
- (C) inconstitucional, pois a matéria deve ser disciplinada na Constituição de cada Estado, observados os balizamentos constitucionais;
- (D) inconstitucional, pois a matéria deve ser disciplinada na lei orgânica de cada Município, observados os balizamentos constitucionais;
- (E) constitucional, pois a União tem competência privativa para legislar sobre a matéria, podendo discipliná-la por meio de lei complementar.

35

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado Alfa solicitou que sua assessoria realizasse estudos a respeito da possibilidade de ser fixado, no âmbito do respectivo Estado, um limite remuneratório único para os agentes públicos. Esse limite somente não se aplicaria àqueles agentes que, na sistemática constitucional, tenham como limite remuneratório o subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal.

A assessoria respondeu, corretamente, que a ordem constitucional:

- (A) já estabelece limite remuneratório único no âmbito de cada Estado-membro;
- (B) veda expressamente a fixação de limite remuneratório único no âmbito de cada Estado-membro;
- (C) autoriza a fixação do subsídio do governador como limite remuneratório único, o que deve ser veiculado em lei complementar;
- (D) autoriza a fixação do subsídio de desembargador como limite remuneratório único, mediante emenda à respectiva Constituição Estadual, excepcionados os parlamentares;
- (E) autoriza a fixação do subsídio do governador como limite remuneratório único, para todas as estruturas estatais de poder, mediante emenda à respectiva Constituição Estadual.

36

Promotoria de Tutela Coletiva com atribuição na defesa do consumidor investigou, por meio de procedimento próprio, determinado supermercado e concluiu que, de fato, estava praticando a chamada “venda casada”. Veja-se que o Código de Defesa do Consumidor prevê o seguinte: “Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos”.

Dessa forma, finda a investigação, verificada a ilegalidade, deve a Promotoria, na defesa dos consumidores, ajuizar:

- (A) mandado de segurança coletivo;
- (B) mandado de segurança individual;
- (C) ação civil pública;
- (D) ação popular;
- (E) *habeas data*.

37

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a colocação em família substituta far-se-á mediante determinados institutos, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos daquela Lei.

Como exemplo desses institutos, a Lei nº 8.069/1990 destaca a:

- (A) curatela, que obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, exceto aos pais;
- (B) curatela, que é exercida pelo curador nomeado por testamento ou qualquer documento autêntico, que deverá, no prazo de trinta dias após a abertura da sucessão, ingressar com pedido destinado ao controle judicial do ato;
- (C) adoção, que atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, exceto sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, inclusive os impedimentos matrimoniais;
- (D) adoção, que é medida excepcional e revogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa;
- (E) tutela, que será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 anos incompletos e pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda.

38

A Lei Maria da Penha estabelece que o Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

De acordo com a citada lei, caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

- (A) requisitar força policial;
- (B) cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- (C) requisitar serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;
- (D) fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;
- (E) aplicar, diretamente e de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, medidas protetivas de urgência, como a suspensão da posse ou restrição do porte de armas.

39

João, servidor do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, por ter concluído curso de pós-graduação *lato sensu*, passou da referência inicial do cargo que ocupava para outra, superior, mas permaneceu no mesmo nível da carreira.

Nessa hipótese, é correto afirmar que João obteve:

- (A) progressão funcional horizontal, decorrente de remoção por aperfeiçoamento;
- (B) progressão funcional vertical, decorrente de promoção por aperfeiçoamento;
- (C) progressão funcional horizontal, decorrente de promoção por aperfeiçoamento;
- (D) promoção funcional vertical, decorrente do critério de merecimento;
- (E) promoção funcional horizontal, decorrente do critério de merecimento.

40

Joana, promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, decidiu concorrer à remoção, pelo critério de merecimento, para a Promotoria de Justiça da Comarca Alfa, conforme edital recentemente publicado.

Para que seja Joana removida, é necessário que:

- (A) seja a mais votada pelo Colégio de Promotores de Justiça, a partir de lista tríplice apresentada pelo procurador-geral de Justiça;
- (B) integre lista tríplice a ser formada pelo Conselho Superior do Ministério Público e seja escolhida pelo procurador-geral de Justiça;
- (C) seja escolhida pelo procurador-geral de Justiça, entre todos os candidatos que se inscreveram para o concurso de remoção;
- (D) seja a mais votada na lista tríplice a ser formada pelo Conselho Superior do Ministério Público;
- (E) integre lista tríplice a ser formada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e seja escolhida pelo procurador-geral de Justiça.

Conhecimentos Específicos

41

Certa organização publicou um anúncio de emprego para uma vaga de gerente na área de marketing. Entre as atribuições do cargo, estão: “distribuição dos vendedores por regiões atendidas; definição da estratégia de vendas; estabelecimento de metas aos vendedores”.

Essas atribuições estão relacionadas, respectivamente, às seguintes funções da administração:

- (A) direção; direção; planejamento;
- (B) planejamento; direção; planejamento;
- (C) direção; planejamento; organização;
- (D) organização; planejamento; planejamento;
- (E) organização; planejamento; direção.

42

Em sua atuação nas diversas organizações, os administradores desempenham uma variedade de papéis, que podem ser agrupados em três categorias, como proposto por Mintzberg: interpessoais, informacionais e decisórios. Essas três categorias abarcam, no total, dez papéis diversos.

Sobre o papel de monitor, é correto afirmar que:

- (A) é um papel informacional; refere-se à coleta e análise de informações sobre a organização e o ambiente;
- (B) é um papel informacional; refere-se à transmissão de informações para os subordinados e demais membros internos da organização;
- (C) é um papel decisório; refere-se à alocação de recursos em função dos objetivos organizacionais;
- (D) é um papel interpessoal; refere-se à manutenção de uma rede de relações que permite o intercâmbio de informações;
- (E) é um papel interpessoal; refere-se ao direcionamento das atividades dos subordinados, com vistas ao atingimento dos objetivos.

43

A Administração Científica constituiu uma escola pioneira do pensamento administrativo, cujo principal expoente é Frederick Taylor. Um dos principais focos de atenção de Taylor foi a organização racional do trabalho, com vistas à eliminação do desperdício, da ociosidade e à redução dos custos de produção. A organização racional do trabalho fundamenta-se na análise dos tempos e movimentos do trabalhador, na fragmentação das tarefas e na especialização do trabalhador – resultando em cargos simples e em trabalho repetitivo. Ao longo do tempo, a racionalização do trabalho evidenciou suas limitações, tais como a monotonia e a desmotivação dos trabalhadores.

No entanto, os cargos simples ainda hoje podem ser encontrados em muitas organizações, pois têm como uma vantagem esperada:

- (A) a divisão do trabalho, que favorece a cooperação;
- (B) permitir a troca rápida e fácil de seus ocupantes;
- (C) facilitar a adoção de novas tecnologias;
- (D) a especialização, que facilita a rotação de cargos;
- (E) a especialização, que reduz a incerteza no planejamento das necessidades de recursos humanos.

44

No campo da Administração, o estruturalismo propõe que, na sociedade moderna e industrializada, os indivíduos participem em vários sistemas sociais, desempenhando, simultaneamente, diferentes papéis sociais. Para inserirem-se nos sistemas sociais, os indivíduos são capazes de negociação política e desenvolvem estratégias diversas em busca de seus interesses pessoais. Assim, a ação humana não é determinada pelas regras e estruturas organizacionais – que apenas induzem comportamentos e estruturam os jogos de poder – e há sempre uma margem de manobra para a elaboração de estratégias de ação. Dessa forma, o conceito de ser humano proposto pelo estruturalismo enfatiza, entre outros aspectos, a dimensão política do ator social.

Esse conceito marca uma evolução importante nas teorias de administração e é conhecido como:

- (A) homem social;
- (B) homem complexo;
- (C) homem funcional;
- (D) homem racional;
- (E) homem organizacional.

45

Sistemas de controle organizacional eficazes devem atender a alguns critérios gerais, tais como inteligibilidade e flexibilidade. No entanto, para serem eficazes, os sistemas de controle precisam também se adequar às necessidades de cada organização, levando em conta suas características – ou seja, os sistemas de controle precisam se adequar aos fatores contingenciais que condicionam sua eficácia.

Um fator contingencial relevante e seu respectivo impacto no sistema de controle organizacional são, respectivamente:

- (A) alta relevância da tarefa; sistemas definidos de forma participativa;
- (B) baixa relevância da tarefa; controle formal e imposto externamente;
- (C) estrutura organizacional centralizada; sistemas baseados em observação direta;
- (D) grande porte organizacional; sistemas definidos de forma participativa;
- (E) pequeno porte organizacional; controle informal e baseado em observação direta.

46

Uma organização enfrentou, recentemente, problemas na qualidade dos serviços prestados, perda de produtividade e até um número anormalmente alto de pedidos de demissão de funcionários. A alta direção da organização considera importante aprimorar os sistemas de controle, adotando controles preventivos, simultâneos e posteriores, a fim de evitar que os problemas se repitam e que as melhorias necessárias sejam adequadamente planejadas.

São formas de controle preventivo, simultâneo e posterior, respectivamente:

- (A) supervisão direta; controles estatísticos do processo produtivo; demonstrativos financeiros;
- (B) definição de limites de gastos; demonstrativos financeiros; auditoria de processos;
- (C) inspeção de matérias-primas; supervisão direta; controles estatísticos do processo produtivo;
- (D) testes de seleção de funcionários; supervisão direta; avaliação de desempenho dos funcionários;
- (E) estabelecimento de regras de conduta; avaliação de desempenho dos funcionários; auditoria de processos.

47

João acaba de ser nomeado para assumir um cargo de gerente de uma equipe de oito pessoas em uma empresa pública. Marcou então uma reunião com toda a equipe, a fim de conhecer melhor as pessoas, entender suas percepções e expectativas em relação ao trabalho. João identificou que os membros da equipe prestaram concurso para a empresa, buscando estabilidade no emprego; gostariam de ter mais autonomia e assumir mais responsabilidades do que as que têm no momento; percebem que a avaliação de desempenho não é transparente e que “nunca se sabe exatamente por que alguém recebeu determinada avaliação”.

De acordo com as teorias de motivação, os membros da equipe apresentam:

- (A) necessidades de segurança; necessidade de realização; percepção de injustiça processual;
- (B) necessidades fisiológicas; necessidade de poder; percepção de injustiça distributiva;
- (C) necessidades de segurança; necessidade de realização; percepção de injustiça distributiva;
- (D) necessidades fisiológicas; necessidade de realização; percepção de injustiça processual;
- (E) necessidades de segurança; necessidade de poder; percepção de injustiça processual.

48

Uma organização pública vinha enfrentando pressões no sentido de tornar-se mais efetiva no desempenho de sua missão institucional. A organização conta com funcionários muito experientes, fortemente treinados e que declaram considerar seu trabalho intrinsecamente satisfatório. No entanto, as equipes de trabalho não são coesas e os funcionários se mostram indiferentes às recompensas oferecidas pela organização. Um novo presidente assumiu o comando da organização, prometendo mudanças. Avaliando que o estilo de liderança na organização não era eficaz, o presidente substituiu os líderes antigos, orientados para as tarefas, por líderes orientados para as pessoas. Ao fim de dois anos, nenhum impacto significativo pôde ser observado no desempenho organizacional.

No contexto descrito, de acordo com as abordagens contemporâneas de liderança, é provável que tenha ocorrido o seguinte:

- (A) a experiência e capacitação dos funcionários substituiu a liderança orientada às pessoas;
- (B) a baixa coesão das equipes neutralizou ambos os estilos de liderança;
- (C) o trabalho intrinsecamente satisfatório substituiu a liderança orientada às pessoas;
- (D) a experiência e capacitação dos funcionários representou uma barreira comportamental a mudanças, e a indiferença às recompensas substituiu ambos os estilos de liderança;
- (E) a experiência e capacitação dos funcionários representou uma barreira comportamental a mudanças, e a baixa coesão das equipes neutralizou a liderança orientada para as pessoas.

49

Em uma organização, a diretora de recursos humanos está avaliando os candidatos ao cargo de gerente de uma equipe cujo líder atual irá se aposentar. A equipe é composta por membros muito jovens, recém-contratados e com as competências para o desempenho de suas funções ainda por desenvolver. Além disso, com a saída iminente do atual líder, a equipe tem se mostrado pouco motivada para o desempenho de suas atribuições. A diretora está preocupada e gostaria de escolher um líder com o estilo adequado à situação.

Nessas condições, segundo a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, o comportamento mais eficaz de liderança seria:

- (A) diretivo;
- (B) persuasivo;
- (C) delegador;
- (D) coercitivo;
- (E) participativo.

50

Um gerente está analisando o processo de contas a pagar da organização em que trabalha, com vistas a elaborar ações para melhoria do processo. O gerente gostaria de aplicar a ferramenta 5W2H e elaborou quatro perguntas: i) o que será feito?; ii) isso pode esperar?; iii) onde será feito?; iv) quando será feito?

As perguntas que estão associadas à ferramenta 5W2H são:

- (A) somente i e ii;
- (B) somente ii e iii;
- (C) somente i, iii e iv;
- (D) somente ii, iii e iv;
- (E) i, ii, iii e iv.

51

A fim de agregar valor à organização, as estratégias de recursos humanos devem estar articuladas às estratégias organizacionais.

Assim, uma organização que atua em um ambiente dinâmico e adota estratégia de negócio prospectiva e ofensiva deve ter sua estratégia de RH relativa aos processos de recrutamento e seleção (obtenção de recursos humanos) voltada para:

- (A) ênfase nas qualificações técnicas e decisão centralizada na área de recursos humanos;
- (B) ênfase nas qualificações técnicas e decisão descentralizada nas gerências;
- (C) recrutamento interno e ênfase na adequação da pessoa à cultura da organização;
- (D) recrutamento externo e decisão descentralizada nas gerências;
- (E) recrutamento externo e decisão centralizada na área de recursos humanos.

52

O método adequado de treinamento e desenvolvimento de pessoas depende do tipo de capacidade que se busca, precipuamente, desenvolver nos funcionários.

Para o desenvolvimento de capacidades relacionadas a aspectos atitudinais, tais como cooperação e proatividade, um método adequado é:

- (A) atribuição de projetos;
- (B) treinamento experiencial;
- (C) rotação de cargos;
- (D) participação em comissões;
- (E) leitura de livros e artigos.

53

A empresa X adota um método de avaliação de desempenho bastante tradicional. Ele consiste em avaliar o desempenho dos funcionários por meio de um conjunto de frases descritivas dispostas em blocos, que focam em aspectos comportamentais relevantes. Em cada bloco, o avaliador deve apontar duas frases: a que melhor representa o desempenho do funcionário e a que menos o representa.

Esse método de avaliação de desempenho é conhecido como e tem entre suas principais vantagens, respectivamente:

- (A) escolha forçada; evita o efeito halo;
- (B) comparação por pares; simplicidade e rapidez na aplicação;
- (C) comparação por pares e pontos; permite uma visão global dos resultados da avaliação;
- (D) escolha forçada; facilidade na comparação dos resultados de vários funcionários;
- (E) comparação por pares; facilidade na retroação dos dados ao avaliado.

54

Um gerente de uma empresa de grande porte e diversificada está participando do processo de planejamento estratégico da organização em que trabalha. O gerente recebeu a incumbência de realizar uma análise do portfólio de negócios da empresa, a fim de subsidiar as decisões sobre as estratégias de nível corporativo.

Para tal, uma ferramenta gerencial adequada seria:

- (A) modelo das cinco forças competitivas de Porter;
- (B) análise PEST;
- (C) matriz de Ansoff;
- (D) análise SWOT;
- (E) matriz GE/McKinsey.

55

Uma organização consome 720 unidades de certo material ao ano. O material é adquirido por R\$ 8,00 a unidade e o custo anual de manutenção do material em estoque é de R\$ 3,00 por unidade. O custo para fazer o pedido ao fornecedor é de R\$ 30,00 e a organização mantém um estoque de segurança de 120 unidades do material.

Nessas condições, o lote econômico de compra (LEC) e o número de pedidos a serem feitos ao ano, com base no LEC, serão, respectivamente:

- (A) 110 unidades; 6 pedidos;
- (B) 110 unidades; 7 pedidos;
- (C) 120 unidades; 5 pedidos;
- (D) 120 unidades; 6 pedidos;
- (E) 144 unidades; 5 pedidos.

56

Uma escola consome mensalmente, em média, 30 unidades de canetas para quadro branco. A escola compra as canetas de um fornecedor em lotes de 90 unidades e mantém um estoque de segurança de 20 unidades dessas canetas. Um pedido leva, em média, 5 dias para ser recebido, a um custo de R\$ 2,50 por pedido.

Os estoques máximo e médio de canetas para quadro branco na escola são, respectivamente:

- (A) 90 unidades; 45 unidades;
- (B) 90 unidades; 65 unidades;
- (C) 140 unidades; 70 unidades;
- (D) 110 unidades; 55 unidades;
- (E) 110 unidades; 65 unidades.

57

Um projeto de reforma de salas de certa organização, originalmente previsto para durar 6 meses e com valor planejado total de R\$ 180.000,00, foi analisado, ao fim do segundo mês, pela técnica de EVA (*earned value analysis*).

A situação do projeto nessa data era: PV (valor planejado) = R\$ 60.000,00; EV (valor agregado) = R\$ 45.000,00 e AC (custo real) = R\$ 75.000,00.

O gerente responsável acredita que o restante do projeto seguirá a tendência do índice de performance de custo (CPI).

Com base na premissa do gerente, o valor do ETC (estimativa para concluir o projeto) é:

- (A) R\$ 180.000,00;
- (B) R\$ 196.000,00;
- (C) R\$ 225.000,00;
- (D) R\$ 252.000,00;
- (E) R\$ 315.000,00.

58

O princípio previsto na Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) que tem por finalidade evitar equívocos, fraudes e utilização irregular de recursos públicos, na medida em que ocorre a separação das competências e atividades de cada servidor que atua no procedimento licitatório, é o princípio da:

- (A) vinculação ao instrumento convocatório;
- (B) julgamento objetivo;
- (C) segregação de funções;
- (D) desconcentração;
- (E) competitividade.

59

O Ministério Público do Estado Delta, em junho de 2022, pretende realizar contratação com valor de R\$ 60.000,00 para serviços de manutenção de veículos automotores da frota da Procuradoria-Geral de Justiça.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, tal contratação:

- (A) poderá ocorrer mediante dispensa de licitação;
- (B) poderá ocorrer mediante inexigibilidade de licitação;
- (C) deverá necessariamente ocorrer mediante prévia licitação, na modalidade pregão;
- (D) deverá necessariamente ocorrer mediante prévia licitação, na modalidade concorrência;
- (E) deverá necessariamente ocorrer mediante prévia licitação, na modalidade diálogo competitivo.

60

Em matéria de prorrogação de contratos administrativos, consoante dispõe a Lei nº 14.133/2021, os contratos de serviços e fornecimentos contínuos:

- (A) não poderão ser prorrogados, sob pena de violação aos princípios da licitação, isonomia, competitividade e contratação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
- (B) não poderão ser prorrogados, exceto se respeitado o valor máximo nos termos aditivos de até 50% e desde que haja previsão na lei orçamentária anual, com vigência máxima de cinco anos;
- (C) poderão ser prorrogados uma única vez, respeitada a vigência máxima quinquenal, desde que haja previsão no plano plurianual e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração;
- (D) poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima quinquenal, desde que haja previsão no plano plurianual e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração;
- (E) poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

61

Em janeiro de 2022, o Ministério Público do Estado Delta, após processo licitatório, contratou a sociedade empresária Alfa para prestação de serviços de detetização do edifício sede da instituição. Ocorre que a sociedade empresária Alfa deu causa à inexecução parcial do contrato.

De acordo com o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021, após regular processo administrativo, não se justificando a imposição de penalidade mais grave, será aplicada à sociedade empresária Alfa a sanção administrativa de:

- (A) advertência;
- (B) censura e multa;
- (C) impedimento de licitar e contratar no âmbito do Ministério Público do Estado Delta, pelo prazo máximo de um ano;
- (D) impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado Delta, pelo prazo máximo de cinco anos;
- (E) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com qualquer órgão público, pelo prazo máximo de cinco anos.

62

De acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), a modalidade de licitação diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração, entre outros, verifique a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades, com destaque para alguns aspectos.

A alternativa que NÃO contém um desses aspectos é:

- (A) a estrutura financeira do contrato;
- (B) a solução técnica mais adequada;
- (C) a estrutura jurídica do contrato;
- (D) os requisitos técnicos aptos a concretizar a solução já definida;
- (E) o objeto com padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

63

Em matéria de alienação de bens imóveis da Administração Pública, de acordo com o regime jurídico da Lei nº 8.666/1993 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no(a):

- (A) concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% da avaliação, não cabendo à Administração reduzir tal valor, por ofensa ao princípio da legalidade;
- (B) concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 1% da avaliação, podendo a Administração alterar tal valor, desde que observado o princípio da razoabilidade;
- (C) leilão para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 15% da avaliação, não cabendo à Administração reduzir tal valor, por ofensa ao princípio da legalidade;
- (D) leilão para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 10% da avaliação, podendo a Administração alterar tal valor, desde que observado o princípio da razoabilidade;
- (E) concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 10% da avaliação, podendo a Administração alterar tal valor, desde que observado o princípio da razoabilidade.

64

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, ressalvados os casos previstos em lei, é vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, algumas situações, EXCETO as que:

- (A) sejam irrelevantes para o objeto específico do contrato;
- (B) sejam impertinentes para o objeto específico do contrato;
- (C) estabeleçam distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- (D) estabeleçam preferências em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- (E) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, salvo nos casos de participação de sociedades cooperativas.

65

Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo é garantia do particular contratado à manutenção da margem de lucro inicialmente pactuada.

Diante do aumento ordinário e regular do custo dos insumos necessários ao cumprimento do acordo, consoante dispõe a Lei nº 14.133/2021, é forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, o(a) chamado(a):

- (A) correção monetária;
- (B) repactuação;
- (C) reajustamento em sentido estrito;
- (D) revisão de preços pela teoria da imprevisão;
- (E) equilíbrio exorbitante.

66

Em decorrência de danos causados por um intenso período de chuvas, um trecho, incluindo uma ponte, de uma rodovia federal situada no Estado de Santa Catarina precisou de obras emergenciais para sua reconstrução. A ação orçamentária foi autorizada no âmbito do Ministério da Infraestrutura, acompanhada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com recursos do Tesouro.

Sob o ponto de vista da classificação programática, tal ação:

- (A) constitui uma operação especial, dado o caráter emergencial da ação;
- (B) deve ser classificada como uma atividade continuada, uma vez que ações desse tipo são frequentes no orçamento anual;
- (C) não impacta as metas de resultado primário definidas para o exercício;
- (D) por se tratar de uma despesa coberta com créditos extraordinários, dispensa a classificação programática;
- (E) trata-se de um projeto, pois é limitada no tempo e contribui para a expansão da ação do Estado.

67

No Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 de um estado da federação foi previsto um objetivo que tinha como uma das metas a descrita no quadro abaixo, seguido como padrão para as demais metas.

| | | | | |
|-------------------|--|------|------|------|
| Objetivo | Fortalecer o controle social e a participação da população por meio dos conselhos de saúde e dos canais de comunicação como um instrumento de gestão e cidadania | | | |
| Responsável | Secretaria da Saúde | | | |
| Meta | Implantar ouvidorias municipais até 2023 | | | |
| Unidade de medida | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
| Unidade | 2 | 3 | 3 | 4 |

Ao analisar o conteúdo do referido PPA à luz das disposições constitucionais, um servidor da área de controle verificou nos quadros de metas uma inconsistência relativa à ausência de indicação de:

- (A) categoria econômica da ação;
- (B) classificação institucional da ação;
- (C) critério de regionalização;
- (D) fonte de recurso;
- (E) identificador de resultado primário.

68

Analise as informações apresentadas no quadro a seguir.

| Passivos Contingentes | | Providências | |
|-----------------------|-------------|---|-------------|
| Descrição | Valor (R\$) | Descrição | Valor (R\$) |
| Demandas judiciais | 273.760.905 | Abertura de crédito adicional, a partir da reserva de contingência | 81.239.318 |
| | | Reabertura de créditos adicionais, a partir da redução de dotação de despesa discricionária | 192.521.587 |
| Subtotal | 273.760.905 | Subtotal | 273.760.905 |

O quadro apresentado representa um conteúdo informacional que deve ser disponibilizado pelos entes públicos, incluído no(a):

- (A) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), como anexo;
- (B) Lei Orçamentária Anual (LOA), como informação complementar;
- (C) Prestação de Contas Anual, como nota explicativa;
- (D) Relatório de Gestão Fiscal, como anexo;
- (E) Relatório Resumido da Execução Orçamentária, como informação complementar.

69

Considere o trecho a seguir, referente a um decreto hipotético publicado pelo governador do Estado de XYZ:

“Decreto Estadual nº 413, de 19 de abril de 20x0

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no âmbito do Poder Executivo do Estado de XYZ, conforme especificado.

O Governador do Estado de XYZ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 43, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 determina:

Art. 1º Fica inserido no Orçamento Geral do Estado de XYZ, para o exercício financeiro de 20x0, crédito adicional especial no valor de R\$ 387.500,00, conforme especificado a seguir:

| | | |
|-------------------|-------|---|
| Entidade | 01 | Governo do Estado |
| Órgão | 13 | Secretaria de Assistência Social |
| Unidade | 01 | Assistência Social |
| Projeto/Atividade | 1.181 | Construção de unidade de atendimento socioeducativo |

| Dotação | Elemento | Especificação | Valor (R\$) |
|---------|-----------|--|-------------|
| 596 | 4.4.90.51 | Obras e instalações | 295.000,00 |
| 376 | 3.3.90.39 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 92.500,00 |

Art. 2º Este Decreto acresce o valor da despesa criada na programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto nº 085/20x0.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.”

Com base nas informações apresentadas e nas normas relativas a créditos adicionais, o tribunal de contas questionou a legalidade do referido decreto de abertura de crédito adicional pelo fato de:

- (A) exceder o limite definido para abertura de créditos adicionais na LOA;
- (B) não apresentar classificação econômica da despesa;
- (C) não detalhar a estrutura programática da ação;
- (D) não indicar fonte de recursos para abertura do crédito;
- (E) não indicar priorização da ação feita na LDO.

70

Para o próximo exercício financeiro, um parlamentar federal apresentou uma emenda ao Projeto de Lei do Orçamento Anual para contemplar uma ação de estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde em um município do Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 45.000,00.

Com base nas normas aplicáveis às emendas parlamentares ao orçamento e nas informações do caso hipotético, essa emenda pode:

- (A) prescindir de compatibilidade com a LDO, por se enquadrar como de caráter impositivo;
- (B) ser coberta com recursos relativos às transferências constitucionais para os Estados;
- (C) ser convertida em emenda de comissão, caso inclua a assinatura dos parlamentares do estado beneficiado;
- (D) ser enquadrada como uma emenda de bancada, por destinar recursos a um estado da federação;
- (E) ser incluída no percentual destinado a ações e serviços públicos de saúde, obrigatório para emendas individuais.

71

Embora a maior parte das receitas arrecadadas pelos entes públicos derive da soberania estatal, há também uma parcela da arrecadação que tem origem na exploração de atividades econômicas por entidades públicas. Por terem natureza orçamentária, tais receitas complementam os recursos nos cofres públicos para o atendimento das demandas da sociedade.

De acordo com o Manual Técnico do Orçamento (MTO), essas receitas NÃO:

- (A) estão sujeitas ao princípio da não vinculação;
- (B) geram o registro de VPA até a efetiva arrecadação;
- (C) impactam a apuração do resultado primário;
- (D) são incluídas na LOA em decorrência da natureza estimativa;
- (E) se submetem ao princípio da unidade de tesouraria.

72

Analisar as despesas de um ente público a partir da classificação funcional, além de refletir a competência institucional do órgão, contribui para identificar as preferências na alocação de recursos em grandes áreas (funções e subfunções). No caso de órgãos vinculados à justiça, as funções 02 - Judiciária e 03 - Essencial à Justiça podem ser relacionadas, embora cada uma tenha subfunções típicas associadas.

Uma subfunção típica da função 02 – Judiciária é:

- (A) Defesa da Ordem Jurídica;
- (B) Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário;
- (C) Direitos Individuais, Coletivos e Difusos;
- (D) Normatização e Fiscalização;
- (E) Representação Judicial e Extrajudicial.

73

Determinado ente público abriu um crédito adicional extraordinário em decorrência de uma situação emergencial, que demandou ação governamental e não havia previsão no orçamento do exercício corrente. Posteriormente, foi verificado que o valor da dotação do crédito aberto foi insuficiente para atender a situação emergencial, que ainda persistia.

Nesse caso, o reforço da dotação deve se dar por meio da:

- (A) abertura de um crédito adicional especial;
- (B) abertura de um crédito adicional suplementar;
- (C) abertura de um novo crédito adicional extraordinário;
- (D) alocação de recursos da reserva de contingência;
- (E) realização de uma transposição de recursos.

74

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) trata especialmente da renúncia de receita, ao estabelecer medidas a serem observadas pelos entes públicos que decidirem pela concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. Nesse contexto, considere o caso de um ente federativo que tenha aprovado a concessão de dispensa legal do débito tributário devido para contribuintes que atendessem a determinados requisitos.

Esse tipo de renúncia de receita:

- (A) depende de autorização específica no PPA;
- (B) deve ser considerado no momento da elaboração da LOA;
- (C) está sujeito às regras da concessão de anistia;
- (D) pode ser considerado como uma remissão de tributos;
- (E) requer o enquadramento como crédito tributário presumido.

75

Ao elaborar os instrumentos orçamentários, principalmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, os entes públicos deverão estar atentos aos impactos das chamadas despesas obrigatórias de caráter continuado. Acerca de tais despesas, analise os itens a seguir.

I. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa que gere obrigação legal de execução por um período mínimo equivalente à vigência do Plano Plurianual.

II. Ao tratar de despesa obrigatória de caráter continuado, a LRF se refere expressamente apenas a despesas correntes.

III. Uma despesa obrigatória de caráter continuado pode ser derivada de um ato administrativo normativo.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) III;
- (C) I e II;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

76

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal traz uma série de informações que contribuem para o acompanhamento da gestão fiscal por parte dos gestores públicos e da sociedade em geral.

Uma informação que pode ser analisada no RGF faz referência a:

- (A) desempenho dos resultados primário e nominal;
- (B) impacto das alocações de recursos em funções estratégicas;
- (C) sustentabilidade dos fundos previdenciários;
- (D) trajetória de endividamento de curto e longo prazos do ente;
- (E) variações patrimoniais relativas ao endividamento público.

77

Um servidor responsável pela contabilização de itens de Caixa e Equivalentes de Caixa em uma entidade do setor público levantou algumas questões acerca da inclusão de aplicações financeiras como equivalentes de caixa ao analisar a normatização contábil vigente sobre esse tópico.

O servidor analisou as disposições da NBC TSP 12 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do MCASP e concluiu acertadamente que:

- (A) a classificação das aplicações financeiras em pré-fixadas ou pós-fixadas não é um critério que deve ser utilizado para definir o nível de risco;
- (B) aplicações financeiras devem ser consideradas como equivalente de caixa se for possível convertê-las em uma quantia confiavelmente estimada de caixa;
- (C) aplicações financeiras só podem ser consideradas como equivalente de caixa, entre outros requisitos, se forem mensuradas pelo custo amortizado;
- (D) rendimentos de aplicações financeiras de liquidez imediata não são considerados equivalente de caixa, pois integram o fluxo de caixa das atividades de investimento;
- (E) um dos requisitos para que aplicações financeiras sejam consideradas como equivalente de caixa é o atendimento a objetivos de investimento de curto prazo.

78

A informação de custos no setor público tem o objetivo de apoiar a tomada de decisões e a prestação de contas, com vistas a contribuir para medição e avaliação da qualidade do gasto na administração pública. Porém, a efetiva adoção das informações de custos no setor público apresenta uma série de desafios que requerem etapas bem definidas.

O Manual de Informações de Custos do Governo Federal apresenta um fluxo para o desenvolvimento de um modelo de custos personalizado.

Uma das atividades desse fluxo é construir a modelagem de mensuração sobre o tripé "sistema de custeio, sistema de acumulação e método de custeio", que se insere na etapa de:

- (A) gestão;
- (B) controle;
- (C) estruturação;
- (D) implantação;
- (E) planejamento.

79

Com o objetivo de contribuir para a responsabilidade na gestão fiscal, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu o mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, com regras específicas.

Ao avaliar a adoção desse mecanismo, um gestor deve considerar que:

- (A) a verificação da compatibilidade entre a realização da receita e as metas fiscais deve ser feita a cada quadrimestre;
- (B) após a verificação, se for necessário, o poder ou órgão deverá adotar as providências em até sessenta dias;
- (C) as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida não serão objeto de limitação de empenho;
- (D) as propostas de limitação de empenho e movimentação financeira devem ser submetidas à audiência pública;
- (E) o restabelecimento parcial da receita prevista não implica recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados.

80

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) foi concebido para, entre outros objetivos, subsidiar a elaboração das demonstrações contábeis de forma mais padronizada. As contas do PCASP são organizadas de acordo com a natureza da informação.

As contas das classes 1, 2, 3 e 4, por exemplo, são de natureza patrimonial e constituem a base para elaboração do(a):

- (A) balanço financeiro e da demonstração dos fluxos de caixa;
- (B) balanço patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais;
- (C) demonstração da receita corrente líquida e da execução de restos a pagar;
- (D) demonstração das despesas por função e do relatório de gestão fiscal;
- (E) demonstração do resultado primário e do resultado nominal.

Realização

